

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS**  
**TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA**


**COMITÊ DE INVESTIMENTOS**  
**64ª Reunião Ordinária**

**ATA Nº 02/2021**

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de 2021, às 8:00h, sito à Av. Eloy Chaves, 956, Sala 503, centro, em Três Lagoas/MS, estiveram reunidos os membros do Comitê de Investimentos, devidamente nomeados pela Portaria nº 03/2021, o Diretor Presidente, o Diretor Administrativo-Financeiro, os representantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal do TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA e do Instituto TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA, respectivamente, respectivamente, Srs. Dirceu Garcia de Oliveira Junior, Clécio Abrahão Ataíde, Fabricio de Moura Santos, Fernando Nascimento e Rafaela Nicole do Prado. O Presidente declarou instaurada a reunião ordinária apresentando: 1) o detalhamento da Carteira de Investimentos, devidamente atualizada até o dia 24 de fevereiro de 2021; 2) o relatório mensal da carteira de investimentos relativo ao mês de janeiro/2021. A ordem do dia iniciou-se com a análise do desempenho da carteira de investimentos do TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA; foram constatados perdas em janeiro no montante -R\$ 725.626,06 (-0,62%); considerando que o IPCA foi de (0,25%), não foi possível cumprir a meta atuarial determinada para mês (0,67%). Verificou-se retorno negativo de (-0,23%) nas tradicionais aplicações de renda fixa, compostos majoritariamente por fundos de investimentos em títulos públicos; as aplicações em renda variável, por suas vezes, apresentaram performance um pouco pior (-1,64%), puxadas pela desvalorização no índice BOVESPA. Com o resultado negativo no mês, a rentabilidade obtida no ano (-0,62%) é insuficiente para promover o cumprimento da meta atuarial medida até o mês de referência (0,67 %). Ato seguinte, passou-se à análise dos fatores de influência da carteira no interstício entre a realização da última reunião a até data presente. A semana encurtada pelos feriados aqui no Brasil, teve seu principal ponto de debate o auxílio emergencial, a discussão gira entorno das possíveis maneiras de promovê-lo sem gerar incertezas e mais ruídos políticos sobre o quadro fiscal. Ao início da próxima semana, deve ser apresentada a PEC emergencial, que trará uma cláusula de calamidade, onde será possível abrir espaço no orçamento para o pagamento do benefício para as famílias de baixa renda e trabalhadores informais por mais quatro meses, tendo início marcado para março. Após a pressão política, o auxílio deve retornar e o custo previamente acordado poderá chegar ao montante de R\$ 30 bilhões, com parcelas individuais de R\$ 250 - R\$ 300. A semana mais curta trouxe baixa liquidez nos mercados, em principal China, Estados Unidos e Brasil, devido ao feriado, embora os indicadores econômicos durante a semana tenham sido positivos e superando as projeções. Nos Estados Unidos, os mercados fecharam sem direção na semana, os investidores parecem estar esperando os balanços das empresas que estão para serem divulgados e a definição do pacote de auxílios fiscais, na ordem de US\$ 1.9 trilhão. Por lá, o processo de vacinação segue acelerado, Joe Biden declarou que pretende vacinar todos os Americanos até julho, mesmo assim, o clima de aversão ao risco seguiu durante a semana, mesmo com os índices ainda em torno das máximas históricas. Na Europa, alguns países se preparam para a retomada após uma série de medidas restritivas, devido à queda de número de casos e o avanço da vacinação em massa. Porém o principal foco da semana, seguiu sendo o exterior, em principal o pacote fiscal promovido pelos Estados Unidos. Na sexta-feira, durante a reunião virtual do G7, Angela Merkel, a chanceler alemã, declarou que a Alemanha

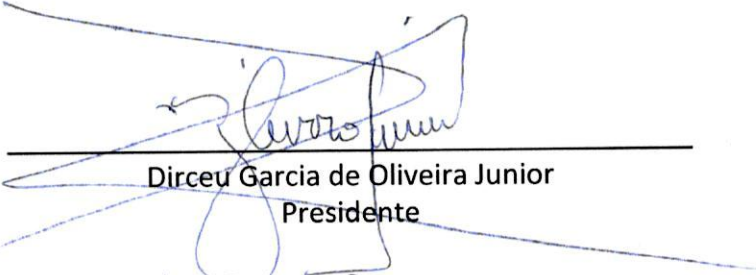


contribuirá com 1,5 bilhão a mais para a luta global contra a pandemia. Diante disso, a Alemanha se torna o primeiro país a contribuir de maneira global para os esforços multilaterais no combate a pandemia do Covid-19. Na Ásia, o mercado segue sem direção, a volta do feriado ajustou os mercados. Como em boa parte do mundo, a atenção se virou para os próximos passos dos Estados Unidos e o processo de vacinação local, principalmente no Japão, onde os futuros já operam em alta. Por lá, os investidores estão digerindo os resultados financeiros das principais empresas, bem como os preços das commodities pesando nas ações do setor de energia. Por aqui, os ruídos políticos seguem como pauta, na semana o Ibovespa perdeu o patamar dos 120 mil pontos, puxado principalmente pela Petrobras. O Brasil teve poucos indicadores sendo divulgados na semana, e fechou no campo de perdas. Em divulgação da FGV, foi sinalizado que o PIB contraiu 4,0% em 2020. Diante disso, vemos que o cenário econômico segue desfavorável, tendo em vista o crescimento lento de 2017-2019 não foi o suficiente para recuperar as perdas da recessão de 2014-2016. Aliado a isso, o choque visto em 2020 pode indicar uma nítida demora a retomada econômica. Para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), as projeções subiram de 3,62% para 3,82%. Para 2022, a previsão para o IPCA foi mantida de 3,49%. Para 2023 e 2024, as estimativas permaneceram em 3,25%. A projeção para o PIB (Produto Interno Bruto) caiu de 3,43% para 3,29% em 2021. Para 2022, 2023 e 2024 a estimativa permaneceu em 2,50%. A taxa de câmbio saiu de R\$5,01 para R\$5,05 esse ano. Para 2022, o valor ficou em R\$5,00 e para 2023 ficou em R\$4,90. Para 2024, o valor subiu de R\$4,90 para R\$4,96, voltando para o patamar de três semanas atrás. Para a taxa Selic, os analistas estimaram a alta de 3,75% para 4,00% em 2021, a alta em 5,0% para 2022. Para 2023 e 2024, a projeção se manteve em 6,00%. Na próxima semana, devemos observar os reais efeitos das medidas tomadas por Jair Bolsonaro, que promoveu a troca do presidente da Petrobras, onde saiu Roberto Castelo Branco e entrou Joaquim Silva e Luna, general da reserva do Exército Brasileiro, que foi ministro da Defesa entre 2018 - 2019. Devemos observar também, o desenrolar da PEC emergencial, que terá seu texto apresentado na segunda feira (22) e que será votada hoje (25). A partir disso, teremos que avaliar o andamento de reformas e em qual intensidade será elaborada, agora com a Câmara e Senado definido. O que tudo indica é auxílio emergencial menor e por cerca de quatro meses, como o mais indicado, sendo preciso ainda observar a PEC emergencial. Devemos observar também o processo de imunização da população brasileira com novas vacinas podendo entrar no plano inicial, mesmo atrasado, o país segue tentando cumprir o plano estipulado. A preocupação com o quadro fiscal, o grave endividamento e teto de gastos, restando apenas esperar que o acordado seja respeitado, caso o desajuste fiscal aconteça, além de gerar desconfiança dos investidores estrangeiros, geraria um aumento inesperado na taxa de juros, por esse motivo, e do risco Brasil, fato que seria prejudicial para a o momento atual da economia. Situação que o Brasil vem tentando evitar ao longo dos últimos anos, reconquistar os investidores estrangeiros, a partir de um quadro fiscal mais bem elaborado, uma agenda de reformas estruturais, que ocasionalmente levaria o Brasil a um controle maior sobre as receitas e gastos governamentais. Segue no radar, o aumento dos índices de preço da economia, uma inflação que começou acelerar e que tem impactos significativos já no curto prazo, podendo já ser vista no IPCA. Mesmo com o Relatório Focus indicando uma desaceleração do índice para os próximos períodos. Apesar de todas as oscilações de mercado, as expectativas seguem sendo o plano de vacinação contra a Covid-19 e toda a pauta de reforma que segue sem definição pelo governo. Os dados indicam uma pressão no curto prazo nos preços ao consumidor amplo e isto pode levar o Banco Central a intensificar as discussões sobre o ritmo das reformas. É provável que a qualquer sinal de melhora constante na economia, devemos ter uma elevação da SELIC, mesmo que antes do projetado. Os sinais de abertura na curva de juros, demonstrada pelo aumento da taxa de juros e a alta volatilidade nos títulos federais de longo prazo,



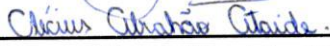
aliada ao fato que acontecia desde 2002 e que aconteceu em setembro e outubro de 2020, com as LFTs (Tesouro Selic) sendo negociada a taxas negativas, indica a pressão sobre a Selic. O mais recomendado para o atual momento é a cautela ao assumir posições mais arriscadas no curto prazo, a volatilidade nos mercados deve se manter sem ainda a desenhar um horizonte claro, em razão principalmente pelo nosso cenário político. Em relação às aplicações dos RPPS, a Assessoria de Investimentos *Crédito & Mercado* recomenda a adoção das seguintes estratégias: *mantemos nossa recomendação de adotar cautela nos investimentos e acompanhamento diário dos mercados e estratégias. Mantemos nossa recomendação de adotar cautela nos investimentos e acompanhamento diário dos mercados e estratégias. Mantemos a sugestão para que os recursos necessários para fazer frente às despesas correntes sejam resgatados dos investimentos menos voláteis (CDI, IRF-M1, IDkA IPCA 2A). Para o IMA-B que é formado por títulos públicos indexados à inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que são as NTN-Bs (Notas do Tesouro Nacional - Série B ou Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais), não estamos recomendando o aporte no segmento, com a estratégia de alocação em 10%, sendo indicado para os RPPS que possuem porcentagem igual ou maior, aos que possuem porcentagem inferior a 10%, recomendamos a não movimentação no segmento. Os demais recursos mantenham-nos em "quarentena" esperando um melhor momento para realocar. Tomar decisões precipitadas enseja realizar uma perda decorrente da desvalorização dos investimentos sem possibilidades de recuperação na retomada dos mercados. Para aqueles que enxergam uma oportunidade de investir recursos a preços mais baratos, municie-se das informações necessárias para subsidiar a tomada da decisão.* À vista de tais constatações, decidiram os membros do Comitê de Investimentos, por unanimidade, em: 1) autorizar o Gestor a realizar o resgate total das cotas do fundo de investimentos ITAÚ INSTITUCIONAL AÇÕES PHOENIX FI; 2) autorizar o Gestor a realizar o resgate total das cotas do fundo de investimentos BB IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO; 3) autorizar o Gestor a aplicar R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) em renda variável, no fundo de investimentos BB ALOCAÇÃO FI MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO; 4) autorizar o Gestor a aplicar R\$ 3.000.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) em investimentos no exterior, no fundo de investimentos BB NORDEA GLOBAL CLIMATE AND ENVIRONMENT INVESTIMENTO NO EXTERIOR; 5) autorizar o Gestor a aplicar R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) em renda fixa, no fundo de investimentos CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP; 6) autorizar o Gestor a aplicar R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) em investimentos no exterior, no fundo de investimentos CAIXA INSTITUCIONAL BDR NÍVEL I FI AÇÕES; 7) autorizar o Gestor a realizar o resgate parcial de cotas, no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) do fundo de investimentos CAIXA AÇÕES MULTIGESTOR FIC AÇÕES; 8) autorizar o Gestor a realizar o resgate parcial de cotas, no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) do fundo de investimentos BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA; e, 9) manter inalteradas as demais aplicações. Assim, às 10:01h, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião ordinária, da qual eu, Rafaela Nicole do Prado, Secretária do Comitê de Investimentos, lavrei a presente ata, que vai assinada pelos demais membros presentes.






---

Dirceu Garcia de Oliveira Junior  
Presidente



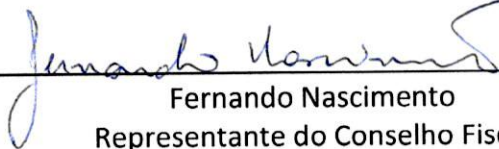
---

Clécio Abrahão Ataíde  
Diretor Administrativo-financeiro do TLPREV




---

Fabricio de Moura Santos  
Representante do Conselho de Administração



---

Fernando Nascimento  
Representante do Conselho Fiscal



---

Rafaela Nicole do Prado  
Representante dos Servidores Públicos Municipais

---